

Índios do Xingu vão reunir caciques de todo continente

BELÉM — As 12 nações indígenas que habitam as margens do rio Xingu, no Pará, decidiram promover um grande congresso, de 20 a 25 de janeiro, na cidade de Altamira, com a presença de representantes do governo e várias entidades envolvidas com a questão do índio, para exigir uma explicação sobre a construção de usinas hidrelétricas na região. “Será uma boa oportunidade para o governo tirar várias dúvidas dos índios, e quais serão as suas compensações, explicou o cacique caiapó Paiacan, que está sendo processado com o também cacique Cubeí e o antropólogo norte-americano Darrel Posey, sob a acusação de denegrir a imagem do Brasil no exterior.

“A idéia de realizar um congresso é de Paiacan e Cubeí”, disse o antropólogo Darrel Posey, o que foi confirmado por José Carlos Castro. Paiacan, que é assessor da Funai em Belém, disse que está com todos os convites prontos e começará a expedir-los a partir do dia dez de novembro. Ele vai convidar todos os caciques do continente americano, os ministros das Minas e Energia e do Interior, Eletronorte, donos de construtoras de barragem, o presidente do Conselho Missionário indigenista (CIMI), Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu, representantes do Banco Mundial (Bird), Tesouro Norte-Americano, seringueiros, castanheiros e todos os moradores rebeirinhos do Xingu, além de antropólogos e sociólogos.

Paiacan garantiu que levará a Altamira cerca de 4 mil índios, das aldeias Cararaó, Assurini, Araras, Paracanas, Aurueté, Xipaia, Xicrim, Caiapó, Curuaia, Jurunas e Gavião. “Se o governo não mandar representantes, será uma clara demonstração de que está mentindo e de que não respeita os índios. Se for lá e apresentar uma explicação, nós ficaremos mais tranqüilos”, enfatizou o cacique, que deverá empreender uma viagem junto com Cubeí, por oito países — Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Bélgica, França, Holanda e Alemanha — para arrecadar fundos para o congresso.

□ Os índios de 14 tribos de Roraima fundaram, no mês passado, a Associação dos Povos Indígenas. Gilberto Macuxi, vice-presidente da nova entidade, explicou que os índios sentiram necessidade da formação de uma nova organização para defender a demarcação de suas terras no território e evitar que eles sejam manipulados. “A Igreja queria manter a gente dependente para sempre”, reclama Macuxi. Uma reunião com 400 caciques, representando 36 mil índios dos grupos que habitam Roraima, está marcada para o dia 25 de novembro. O objetivo da reunião é discutir as atitudes do Projeto Calha Norte e da invasão de suas áreas por fazendeiros e garimpeiros. Os índios estão estudando também a criação de uma cooperativa para garimpar ouro e diamante, com o apoio da Funai.

Seminário propõe cooperação amazônica

BELÉM — Ao término do Seminário Internacional de Jornalistas, Desenvolvimento e Integração dos Países Amazônicos, realizado hoje, em Belém, como parte do Fórum Nacional de Debates sobre a Amazônia, os participantes decidiram encaminhar um documento ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, propondo a criação de uma Secretaria-Geral do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1977, e nunca efetivamente cumprido.

Dez anos depois de firmado, o tratado pode ser uma solução, de acordo com os participantes do seminário, para os maiores problemas enfrentados atualmente pelos países signatários, depois da dívida externa: a devastação da floresta tropical, o narcotráfico e a questão dos índios.

O diretor da Federação Ibero-Americana de Associação de Jornalistas (Fiap), da Venezuela, Rafael Ramon Castellanos, destacou que a escassa divulgação do tratado pelos governos, que alimentam reservas quanto a sua eficácia, adiou a busca de decisões para problemas cruciais da região.

Na Venezuela, o acordo não foi divulgado, segundo Castellanos, porque alguns segmentos políticos e o próprio governo acham que o tratado de cooperação

amazônica é um instrumento de expansão do “imperialismo brasileiro” no continente. Mas, em sua opinião, o maior entrave é a falta de informação do povo venezuelano sobre o verdadeiro ideal de integração proposto no documento.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), professor Fernando Sigmundo, disse que o tratado prevê a integração dos territórios amazônicos e sua preservação, mas nunca foi colocado em prática devido às condições sócio-políticas da América do Sul. Ele acha, porém, compreensível o temor das nações vizinhas quanto ao expansionismo brasileiro. Mas lembrou que é preciso entender que ele se dá através das multinacionais, baseadas em território brasileiro, e não de maneira direta.

Considerando que a Amazônia contém pelo menos 40 terminais de embarques de cocaína para a Europa e os Estados Unidos — “em incrível liberdade” — o presidente da representação da Fiap na Colômbia, Antonio Cacua Prada, disse que o seu país já tem consciência formada sobre a necessidade de maior cooperação entre os países amazônicos, principalmente no combate ao narcotráfico e à destruição ambiental.